

DISQUE
SAÚDE
136



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

SIOPS

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE



Apresentando a página do SIOPS



Link para acesso ao portal SIOPS

SIOPS

Entrega de Dados

Certificado digital

Instâncias de
suporte

Publicações

Perguntas e
Respostas

Conheça a situação
de seu
Município/Estado

Demonstrativos/
Dados Informados

Histórico de
institucionalização
do SIOPS

Implicações Legais

Indicadores

Legislação

Medidas
Preliminares e
Regularização

Contatos

MCE (Uso
exclusivo dos
Tribunais de
Contas)

<http://antigo.saude.gov.br/repasses-financeiros/siops>

Repasses Financeiros



Entrega de dados

Fique atento aos prazos de entrega da declaração sobre receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde



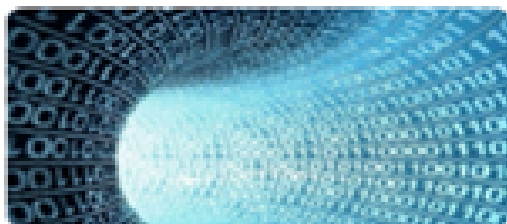
Demonstrativos/Dados Informados

Tenha acesso aos dados e série histórica de investimentos da União, Estados e Municípios



Implicações legais

Entenda as medidas preliminares ao descumprimento do envio de dados e como regularizar a situação



Legislação

Acesse a legislação específica sobre o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde



Funcionalidades Restritas

O acesso às funcionalidades do SIOPS é restrito aos grupos de usuários cadastrados e necessita do uso de senha



Downloads

Baixe os softwares e acesse os manuais com instruções para preenchimento.

Link para acesso ao portal SIOPS

<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/siops>



Governo Federal

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

PT



Entrar

Ministério da Saúde

O que você procura?



[Acesso à Informação](#) > Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SIOPS NA GESTÃO E FINANCIAMENTO DA SAÚDE

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é feito pelas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, como determina a Constituição Federal de 1988. O estabelecimento das fontes de recursos para custear as despesas com ações e serviços públicos de saúde atende a um dos pilares da "Seguridade Social", fazendo valer o direito de acesso da população.

Para garantir tanto o acesso da população como o financiamento do SUS foi criado Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), que constitui instrumento para o acompanhamento do cumprimento do dispositivo constitucional que determina, em orçamento, a aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde (ASPS).

O SIOPS é o sistema informatizado, de alimentação obrigatória e acesso público, operacionalizado pelo Ministério da Saúde, instituído para coleta, recuperação, processamento, armazenamento, organização, e disponibilização de informações referentes às receitas totais e às despesas com saúde dos orçamentos públicos em saúde. O sistema possibilita o acompanhamento e monitoramento da aplicação de recursos em saúde, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

É no SIOPS que gestores da União, estados e municípios declaram todos os anos os dados sobre gastos públicos em saúde. São essas declarações que garantem as transferências constitucionais de recursos para a oferta de ASPS.

Serviços

ACESSE OS SERVIÇOS DO SIOPS



Entrega de dados

Fique atento aos prazos de entrega da declaração sobre receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde



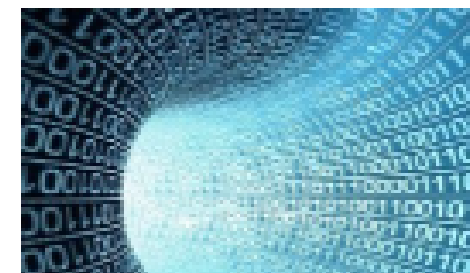
Demonstrativos/Dados informados

Tenha acesso aos dados e série histórica de investimentos da União, Estados e Municípios



Implicações legais

Entenda as medidas preliminares ao descumprimento do envio de dados e como regularizar a situação



Legislação

Acesse a legislação específica sobre o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde



Funcionalidades Restritas

O acesso às funcionalidades do SIOPS é restrito aos grupos de usuários cadastrados e necessita do uso de senha



Downloads

Baixe os softwares e acesse os manuais com instruções para preenchimento.

MCE (Uso exclusivo dos Tribunais de Contas)

Medidas Preliminares e Regularização

Contatos

Entrega de dados



Entrega de dados

Fique atento aos prazos de entrega da declaração sobre receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde

- Acesso aos prazos de entrega
- Situação de entrega (União, Estados, DF e Municípios).

SITUAÇÃO DE ENTREGA

A consulta à situação de entrega mostra se Entes Federados transmitiram dados sobre suas receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, por meio do SIOPS, desde o exercício de 2000 e, no caso da União, a partir do exercício 2012. São evidenciadas duas situações: quando os entes transmitiram e quando não transmitiram os dados por meio do SIOPS.

União

- [Situação de Entrega por Período](#)

Estados - Distrito Federal

- [Histórico da Situação de Entrega - Consulta Individual por Estado](#)
- [Situação de Entrega por Estado e Ano](#)
- [Situação de Entrega por Período](#)
- [Estados que não transmitiram](#)

Municípios

- [Histórico da Situação de Entrega - Consulta Individual por Município](#)
- [Situação de Entrega por Período](#)
- [Histórico da Situação de Entrega dos Municípios por UF e Ano no SIOPS](#)
- [Municípios que não Transmitiram](#)

Situação de entrega

Municípios

[Histórico da Situação de Entrega - Consulta Individual por Município](#)

[Situação de Entrega por Período](#)

[Histórico da Situação de Entrega dos Municípios por UF e Ano no SIOPS](#)

[Municípios que não Transmitiram](#)

HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE ENTREGA POR MUNICÍPIOS.

UF:

Acre

Município:

Acrelândia

Consultar

Situação de entrega das informações no SIOPS

UF: Acrelândia / AC

Ano	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
2000	X	NI	NI	NI	NI	NI
2001	X	NI	NI	NI	NI	NI
2002	NI	NI	X	NI	NI	X
2003	NI	NI	X	NI	NI	X
2004	NI	NI	X	NI	NI	X
2005	NI	NI	X	NI	NI	X
2006	NI	NI	X	NI	NI	X
2007	NI	NI	X	NI	NI	X
2008	NI	NI	X	NI	NI	X
2009	NI	NI	X	NI	NI	X
2010	NI	NI	X	NI	NI	X
2011	NI	NI	X	NI	NI	X
2012	NI	NI	X	NI	NI	X
2013	NI	NI	NI	NI	NI	X
2014	X	X	X	X	X	X
2015	X	X	X	X	X	X
2016	X	X	X	X	X	X
2017	X	X	X	X	X	X
2018	X	X	X	X	X	X
2019	X	X	NI	NI	NI	NI

HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE ENTREGA POR MUNICÍPIOS.

Legenda:

- X - Município que informou ao SIOPS.
- AJ - Municípios que não informaram ao SIOPS e possuem Ação Judicial.
- NI - Municípios que não informaram ao SIOPS.
- NE - Município não existe no ano assinalado.
- SB - Município que está sem balanço no ano assinalado.
- TC - Município que assinou o Termo de Compromisso no respectivo ano.

Situação de entrega

SITUAÇÃO DE ENTREGA POR PERÍODO - MUNICÍPIOS

SITUAÇÃO DE ENTREGA POR PERÍODO - MUNICÍPIOS

As informações aqui contempladas fornecem dados da Situação de Entrega em determinado ano e período, apresentados sob diversas formas de consulta. Tais consultas estão divididas em grupos chamados Anos-Base, pois devido à mudanças no formato do banco de dados do SIOPS, nem todas as consultas disponibilizadas em períodos mais recentes (a partir de 2002) podem ser efetuados para os outros anos.

- Anos-Base A Partir de 2002
 - [Transmitidos por Município.](#)
 - [Transmitidos por Faixa de População.](#)
 - [Transmitidos por UF.](#)
 - [Municípios que não Transmitiram.](#)

Situação de entrega

DADOS TRANSMITIDOS POR UF

SITUAÇÃO DE ENTREGA POR PERÍODO - MUNICÍPIOS

Ano / Período: 2018 / 6º Bimestre

Posição em: 11/06/2019 15:00:10

Código	UF Nome	Municípios			População		
		Total	Transm.	%	Total	Transm.	%
11	Rondônia	52	50	96,2	1.805.788	1.797.307	99,5
12	Acre	22	22	100,0	829.619	829.619	100,0
13	Amazonas	62	62	100,0	4.063.614	4.063.614	100,0
14	Roraima	15	15	100,0	522.636	522.636	100,0
15	Pará	144	143	99,3	8.366.628	8.292.826	99,1
16	Amapá	16	16	100,0	797.722	797.722	100,0
17	Tocantins	139	139	100,0	1.550.194	1.550.194	100,0
21	Maranhão	217	217	100,0	7.000.329	7.000.329	100,0
22	Piauí	224	224	100,0	3.219.257	3.219.257	100,0
23	Ceará	184	184	100,0	9.020.460	9.020.460	100,0
24	Rio Grande do Norte	167	167	100,0	3.507.000	3.507.000	100,0
25	Paraíba	223	223	100,0	4.025.558	4.025.558	100,0
26	Pernambuco	184	184	100,0	9.470.250	9.470.250	100,0
27	Alagoas	102	102	100,0	3.375.823	3.375.823	100,0
28	Sergipe	75	75	100,0	2.288.116	2.288.116	100,0
29	Bahia	417	417	100,0	15.344.447	15.344.447	100,0
31	Minas Gerais	853	853	100,0	21.119.536	21.119.536	100,0
32	Espírito Santo	78	78	100,0	4.016.356	4.016.356	100,0
33	Rio de Janeiro	92	92	100,0	16.718.956	16.718.956	100,0
35	São Paulo	645	642	99,5	45.094.866	44.920.897	99,6
41	Paraná	299	297	99,5	11.320.892	11.160.898	98,6
42	Santa Catarina	295	295	100,0	7.001.161	7.001.161	100,0
43	Rio Grande do Sul	497	497	100,0	11.322.895	11.322.895	100,0
50	Mato Grosso do Sul	79	79	100,0	2.713.147	2.713.147	100,0
51	Mato Grosso	141	140	99,3	3.344.544	3.340.690	99,9
52	Goiás	246	246	100,0	6.778.772	6.778.772	100,0
TOTALS		5568	5559	99,8	204.618.469	204.198.369	99,8

Situação de entrega

UF: ▼

Ano: ▼

Situação de entrega das informações no SIOPS

UF: (Todos os municípios)

Ano: 2018

Município	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
120001-Acrelândia	X	X	X	X	X	X
120005-Assis Brasil	X	X	X	X	X	X
120010-Brasileia	X	X	X	X	X	X
120013-Bujari	X	X	X	NI	NI	X
120017-Capixaba	X	X	X	X	X	X
120020-Cruzeiro do Sul	X	X	X	X	X	X
120025-Epitaaciolândia	NI	NI	NI	NI	NI	X
120030-Feijó	X	X	X	X	X	X
120032-Jordão	X	X	X	X	X	X
120033-Mâncio Lima	X	X	X	X	X	X
120034-Manoel Urbano	X	X	X	X	X	X
120035-Marechal Thaumaturgo	X	X	X	X	X	X
120038-Plácido de Castro	NI	NI	NI	NI	NI	X
120039-Porto Walter	X	X	X	X	X	X
120040-Rio Branco	X	X	X	X	X	X
120042-Rodrigues Alves	X	X	X	X	X	X
120043-Santa Rosa do Purus	X	X	X	X	X	X
120045-Senador Guomard	X	X	X	X	X	X
120050-Sena Madureira	X	X	X	X	X	X
120060-Tarauacá	X	X	X	X	X	X
120070-Xapuri	X	X	X	X	X	X
120080-Porto Acre	X	X	X	X	X	X

HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE ENTREGA DOS MUNICÍPIOS POR UF E ANO NO SIOPS.

X - Município que informou ao SIOPS.

AJ - Municípios que não informaram ao SIOPS e possuem Ação Judicial.

NI - Municípios que não informaram ao SIOPS.

NE - Município não existe no ano assinalado.

SB - Município que está sem balanço no ano assinalado.

TC - Município que assinou o Termo de Compromisso no respectivo ano.

Municípios

[Histórico da Situação de Entrega - Consulta Individual por Município](#)

[Situação de Entrega por Período](#)

[Histórico da Situação de Entrega dos Municípios por UF e Ano no SIOPS](#)

[Municípios que não Transmitiram](#)

Municípios que não homologaram os dados

Ano: 2017 ▼

UF: Todas UFs ▼

Período: 6º Bimestre ▼

Ordenação: Código ▼

Consulta

Municípios que não homologaram os dados

Ano / Período: 2015 / 6º Bimestre

UF: Todas UFs

Ordenação: Pelo código IBGE do ente federado

Código	Município
Quantidade de municípios que não homologaram os dados	0
Quantidade de municípios existentes	5568

Copiar para a área de transferência



- **Demonstrativos**
- **Dados informados**

Demonstrativos/Dados informados

Tenha acesso aos dados e série histórica de investimentos da União, Estados e Municípios

Municípios

Publicado em 11/05/2021 17h56 | Atualizado em 18/05/2021 10h48

Compartilhe: [!\[\]\(8c38bcc0fae4558cd7ebc6fc44ec565d_img.jpg\)](#) [!\[\]\(7771747e02f20799a335f95035e4a9cc_img.jpg\)](#) [!\[\]\(f8216c828f4272bfa3f86d32bd5044a0_img.jpg\)](#)

[Demonstrativo da Saúde - RREO](#)

Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e visa aferir a aplicação do limite mínimo estabelecido no § 3º do art. 198 da Constituição Federal, incluído pela EC 29/2000, e regulamentado pela LC 141/2012. Os dados da União estarão disponíveis a partir do exercício 2012. O preenchimento deve seguir as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda

[Cálculo do % aplicado em Saúde – conforme LC141/2012](#)

Este demonstrativo detalha o cálculo do percentual aplicado em saúde (estados, Distrito Federal e municípios) e do montante aplicado em saúde (União).

[Cálculo do % aplicado em Saúde – Conforme EC 29/2000](#)

[Relatório das despesas por Subfunção](#)

[Relatório da execução de Restos a pagar](#)

[Relatório das despesas com ASPS](#)

1) Demonstrativos (RREO)

Os demonstrativos da saúde têm a finalidade de apresentar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos em saúde:

União

Estados - Distrito Federal

Municípios

Demonstrativo da Saúde - RREO

Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e visa aferir a aplicação do limite mínimo estabelecido no § 3º do art. 198 da Constituição Federal, incluído pela EC 29/2000, e regulamentado pela LC 141/2012. Os dados da União estarão disponíveis a partir do exercício 2012. O preenchimento deve seguir as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda

Cálculo do % aplicado em Saúde – conforme LC141/2012

Este demonstrativo detalha o cálculo do percentual aplicado em saúde (estados, Distrito Federal e municípios) e do montante aplicado em saúde (União).

Cálculo do % aplicado em Saúde – Conforme EC 29/2000

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Paraná

MUNICÍPIO: Abatiá

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Exercício de 2020
Dados Homologados em 22/02/21 12:17:19

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.543.613,76	1.543.613,76	1.658.834,83	107,46
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	354.468,96	354.468,96	319.524,31	90,14
IPTU	354.468,96	354.468,96	319.524,31	90,14
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	491.764,60	491.764,60	419.375,87	85,28
ITBI	491.764,60	491.764,60	419.375,87	85,28
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	259.980,20	259.980,20	402.186,77	154,70
ISS	259.980,20	259.980,20	402.186,77	154,70
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	437.400,00	437.400,00	517.747,88	118,37
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.656.746,14	15.998.823,88	13.423.449,26	83,90
Cota-Parte FPM	11.191.898,14	11.533.976,68	8.817.734,24	76,45
Cota-Parte ITR	72.316,80	72.316,80	91.827,95	126,98
Cota-Parte do IPVA	508.550,40	508.550,40	564.607,83	111,02
Cota-Parte do ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	3.885.818,94	102,26
Cota-Parte do IPI - Exportação	54.820,80	54.820,00	63.460,30	115,76
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	29.160,00	29.160,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	29.160,00	29.160,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	17.200.359,90	17.542.437,64	15.082.284,09	85,98

Municípios

Publicado em 11/05/2021 17h56 | Atualizado em 31/08/2021 17h40

[Consulta dados Covid-19 - Municipal](#)

Anos - Base a partir de 2018

[Consultas](#)

Anos - Base a partir de 2002 a 2017

[Consulta por unidade executora \(Pastas do Sistema\)](#)

[Consulta de um ou mais códigos contábeis, por categoria, por categoria econômica para um Município](#)

[Consulta por determinado código contábil \(pastas do Sistema\)](#)

[Consulta de despesas por fonte e restos a pagar](#)

[Histórico da despesa por subfunção – consolidada por pasta, por estágio da despesa e por UF](#)

Ano-base 2001

[Receita realizada e Despesa empenhada](#)

[Receita realizada e Despesa paga](#)

Ano-base 2000

[Receita realizada e Despesa empenhada](#)

[Receita realizada e Despesa paga](#)

Ano-Base 1999

[Receita realizada e Despesa empenhada](#)



Implicações legais

Entenda as medidas preliminares ao descumprimento do envio de dados e como regularizar a situação

- Entenda as medidas preliminares
- Consultas
- Relatórios

Implicações Legais Base Conceitual

Entenda as Medidas Preliminares

A Medida Preliminar, prevista no § 1º do art. 26 da Lei Complementar nº 141/2012, é aplicada ao ente da Federação que não demonstrar, por meio do SIOPS, a aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

29/01/2018 00h00 Arquivo

Das Transferências Constitucionais

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se:

29/01/2018 00h00 Arquivo

Relação entre SIOPS, CAUC e Banco do Brasil

A demonstração do cumprimento da aplicação dos recursos mínimos em ASPS, nos moldes da LC nº 141/2012 e do Decreto nº 7.827/2012, por meio do SIOPS, passou a ter influência direta nos mecanismos de transferências constitucionais e voluntárias da União aos demais entes da Federação, podendo suscitar seu condicionamento/redirecionamento e/ou suspensão.

29/01/2018 00h00 Arquivo

O que fazer para regularizar

Verificada a razão que tenha desencadeado o processo de condicionamento das transferências constitucionais ou suspensão das transferências constitucionais e voluntárias, medidas administrativas previstas na Lei Complementar nº 141/2012, e regulamentadas pelo Decreto nº 7.827/2012, os seguintes procedimentos deverão ser adotados:

29/01/2018 00h00 Arquivo

Fluxograma Condicionamento e Suspensão de recursos

Condicionamento ou Suspensão das Transferências Constitucionais e Suspensão das Transferências Voluntárias – Arts. 12, 13, 16 e 18 do Decreto Nº 7.827/2012.

26/01/2018 00h00 Arquivo

Fluxograma Direcionamento de Recursos - Condicionamento

Direcionamento dos recursos para conta vinculada ao Fundo de Saúde – Art. 13 do Decreto Nº 7.827/2012.

26/01/2018 00h00 Arquivo

Implicações Legais Consultas

[Módulo de Monitoramento de Transferências Constitucionais - MMTC](#)

Por meio do MMTC, você se informa sobre a situação das transferências constitucionais de qualquer ente federado.

18/05/2021 10h48 [Link](#)

[Consulta Lei Orgânica ou Constituição Estadual](#)

Por meio desta consulta, você pode verificar se o ente federado possui percentual mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde estabelecido em legislação própria.

18/05/2021 10h48 [Link](#)

Implicações Legais Relatórios

Relatórios

Publicado em 12/05/2021 16h32 | Atualizado em 18/05/2021 10h48

Compartilhe: [!\[\]\(0d6a6f00060aaf300973bf619c8b7212_img.jpg\)](#) [!\[\]\(a08e265c53183b2bfe69320b223a7044_img.jpg\)](#) [!\[\]\(d21a2691c66c0e2dbfa71736f9f7b6b9_img.jpg\)](#)

[Relatório de Entes Subnacionais com as Transferências Constitucionais Condicionadas](#)

Este relatório traz informações – por exercício – de todos os entes federados que estejam com as transferências constitucionais condicionadas ou que já se sujeitaram à medida de condicionamento das transferências constitucionais.

18/05/2021 10h48 [Link](#)

[Relatório de Entes com as Transferências Suspensas](#)

Este relatório traz informações – por exercício – de todos os entes federados que estejam com transferências (constitucionais ou voluntárias) suspensas ou que já se sujeitaram à medida de condicionamento das transferências constitucionais.

18/05/2021 10h48 [Link](#)

[Relatório de Entes com Decisão Judicial](#)

Este relatório traz informações – por exercício – de entes federados que possuam decisão judicial tratando do SIOPS.

18/05/2021 10h48 [Link](#)



Legislação

Acesse a legislação específica sobre
o Sistema de Informações sobre
Orçamentos Públicos em Saúde

BASE LEGAL DO SIOPS



Institucionalização do
SIOPS



Contabilidade
Governamental

2012

Publicado em 13/05/2021 11h33 | Atualizado em 18/05/2021 10h48

Compartilhe: [f](#) [t](#) [🔗](#)

[Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012](#)

Regulamenta os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da Constituição, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.

16/10/2012 00h00 [Link](#)

[Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012](#)

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.



Funcionalidades Restritas

O acesso às funcionalidades do SLOPS é restrito aos grupos de usuários cadastrados e necessita do uso de senha

Funcionalidades Restritas

O acesso às funcionalidades restritas é facultado a grupos de usuários cadastrados tais como: gestores do SIOPS, responsáveis pela transmissão dos dados de estados e municípios, participantes dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS e da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do SIOPS, com vistas à utilização de serviços operacionais disponibilizados no sítio do SIOPS, específicos a cada grupo de interesse. Assim, será necessário o uso de senha, pessoal e intransferível.

Os responsáveis pela transmissão de dados dos estados e municípios poderão acessar as seguintes funcionalidades:

- 1. Emissão do recibo de transmissão dos dados;
- 2. Impressão das cartas: ao prefeito ou governador e ao Conselho de Saúde;
- 3. Justificar as diferenças de metodologia utilizada no cálculo do percentual de recursos próprios gastos em saúde (entre a efetuada pelo SIOPS e a considerada pelos governos locais);
- 4. Declaração do percentual de recursos próprios gastos com ações e serviços de saúde, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e dos Tribunais de Contas.

Os itens 3. e 4. estão disponíveis somente para Usuários Autenticados.

Conectar-se às Funcionalidades Restritas:

Tipo do Usuário:

[< Voltar](#)

DISQUE SAÚDE

136

Ouvidoria Geral do SUS.

Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios Bloco G
Brasília-DF / CEP: 70058-900

CARTA SUS

Escolha o tipo do usuário
Escolha o tipo do usuário
Município
Estado
União
Gestor SIOPS
Módulo de Gestores
Disque Saúde
Tribunal Superior Eleitoral – TSE

CLICAR AQUI



webmail.saude.gov.br

Enfrentamento das
Doenças Crônicas
Não Transmissíveis
2011 - 2022

Guia de
Sinalização



siops.datasus.gov.br diz:

Os arquivos para o login com a certificação digital não foram encontrados,
deseja ver as dicas de instalação?

OK

Cancelar

CLICAR AQUI



SIOPS - MÓDULO DO GESTOR

Premissas:

- O "Login" deverá ser o CPF do usuário e sua senha será previamente cadastrada pelo Gestor, Secretário de Saúde ou seu substituto.
- Será enviado um e-mail para o usuário com a senha cadastrada.

Restrições

- O Governador, Prefeito, Secretário de Saúde ou substituto só poderá acessar o sistema via Certificado Digital.
- As pessoas autorizadas a operar o Siops em nome de seu estado ou município, só poderá acessar o sistema por meio de login/senha.

Certificado Digital:

- Dicas para liberar o acesso para certificação digital [Clique Aqui!](#)

Acesso ao Sistema

Acesso ao Módulo do Gestor - Com Certificado Digital

Estado

Acesse o sistema clicando aqui.



Município

Acesse o sistema clicando aqui.



Acesso ao Módulo do Gestor - login/senha

Login (Digite seu CPF):

Digite sua senha:

Esqueceu a Senha?

Para recadastrar sua Senha Web clique aqui.



CLICAR AQUI



CLICAR AQUI



Acesso Gestor de
Saúde e
Prefeito/Governador

Acesso Responsável
pelo preenchimento
cadastrado



Downloads

Baixe os softwares e acesse os manuais com instruções para preenchimento.

SISTEMAS

ANOS ANTERIORES: 2017 ▾ Consultar

Versão SIOPS a partir de 2018

Instalador	Arquivo Único	Versão	Data de Lançamento	Atualização em	Manual	Tutorial	Observações
32 bits	InstaladorSiops32.exe	6.5.0	03/05/2018	02/09/2021	Cartilha 2018 2019 2020 2021	Tutorial de download do SIOPS 2018	Versão de Transmissão
64 bits	InstaladorSiops64.exe	6.5.0	03/05/2018	02/09/2021			Versão de Transmissão

TRANSMISSOR SIOPS NET

Ente	Arquivo Único	Versão	Disponível desde	Manual	Observações
Estadual	Siops NET Estadual	2.8.0	07/05/2019		Versão de Transmissão
Municipal	Siops NET Municipal	3.4.0	07/05/2019		Versão de Transmissão

Em Sistemas é possível fazer o download dos sistemas (softwares): Municipais e Estaduais e acessar os respectivos manuais em PDF com instruções para preenchimento do sistema.

Indicadores

Nesta página é possível consultar os indicadores da União, Estados e Municípios. Além disso, permite realizar consultas por fase da despesa e acessar a série histórica de indicadores utilizando a ferramenta de tabulação TABNET. **União**

[Consulta por Ano](#)

[Consulta por Fase da Despesa](#)

[Série Histórica de Indicadores](#)

Estados e Distrito Federal

- [Consulta por Ano](#)
- [Consulta por Fase da Despesa](#)
- [Série Histórica de Indicadores](#)
- [Série Histórica de Indicadores - DF](#)

Municípios

- [Consulta por Ano](#)
- [Consulta por Fase da Despesa](#)
- [Série Histórica de Indicadores](#)

[Notas técnicas](#)



SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

Indicadores Municipais

[Brasil](#)

Selecione acima para tabular todos os municípios do país ou selecione o Estado, no mapa ou na lista abaixo.

[Acre](#) [Alagoas](#) [Amapá](#) [Amazonas](#)
[Bahia](#) [Ceará](#) [Espírito Santo](#)
[Goiás](#) [Maranhão](#) [Mato Grosso](#)
[Mato Grosso do Sul](#) [Minas Gerais](#)
[Pará](#) [Paraíba](#) [Paraná](#) [Pernambuco](#)
[Piauí](#) [Rio de Janeiro](#) [Rio Grande do Norte](#)
[Rio Grande do Sul](#) [Rondônia](#) [Roraima](#)
[Santa Catarina](#) [São Paulo](#) [Sergipe](#) [Tocantins](#)

Fonte: Prefeitura Municipal



SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

Indicadores Municipais

Linha	Municípios ▲ ▼	Coluna	Não ativa ▲ Ano Faixa População ▼	Conteúdo	2.30 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ▲ 3.1 %Transf.SUS/D.Total 3.2 %R.Próprios em Saúde-EC 29 R.Impostos e Transf.Const ▼
--------------	-------------------------------	---------------	--	-----------------	---

Períodos Disponíveis

2020 ▲
2019
2018
2017 ▼

Seleções Disponíveis

Município	Todas as categorias 410010 Abatiá 410020 Adrianópolis 410030 Agudos do Sul ▼
-----------	---

☐ Ordenar pelos valores da coluna ☐ Exibir linhas zeradas

Formato ☒ Tabela com bordas ☐ Texto pré-formatado ☐ Colunas separadas por ";

Ativar o Win
Acesse Configu

Mostra

Limpa

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

Indicadores Municipais

3.2 %R.Próprios em Saúde-EC 29 por Ano segundo Municípios **Período: 2017-2020**

Municípios	2017	2018	2019	2020	Total
TOTAL	24,28	22,86	23,29	22,59	23,23
410010 Abatiá	27,31	20,09	24,53	24,84	24,12
410020 Adrianópolis	32,29	28,26	19,43	21,98	25,16
410030 Agudos do Sul	28,17	16,52	15,09	13,94	18,09
410040 Almirante Tamandaré	27,82	24,73	24,36	16,92	23,11
410045 Altamira do Paraná	21,02	19,69	21,60	21,28	20,91
412862 Alto Paraíso	22,05	21,64	17,98	17,13	19,63
410060 Alto Paraná	30,34	16,28	22,25	23,23	22,60
410070 Alto Piquiri	33,11	30,36	28,80	31,06	30,78

**Conhecimentos Básicos
Necessários
para Compreender o SIOPS**

Instrumentos básicos de planejamento

Plano de Saúde (PS) versus PPA

Instrumento que apresenta as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas.

Relatório Anual de Gestão (PAS) versus LOA

Instrumento que apresenta as intenções e os resultados a serem buscados no período de um ano, expressos em objetivos, diretrizes e metas.

Relatório Anual de Gestão (RAG)

Instrumento para demonstrar os resultados alcançados com a execução pa PAS



Noções básicas sobre Orçamento Público

- Receita
- Despesa
- Fonte de recursos
- Subfunção
- Categoria econômica
- Modalidade de aplicação
- Elemento de despesa



Quadro 1 - Anexo 12 do RREO

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I) Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU IPTU Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI ITBI Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS ISS Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) Cota-Parte FPM Cota-Parte ITR Cota-Parte IPVA Cota-Parte ICMS Cota-Parte IPI- Exportação Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais Desoneração ICMS (LC 87/96) Outras			BASE DE CÁLCULO DE ASPS	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)				

Quadro 2 - Anexo 12 do RREO

[illegible]

Quadro 3 - Anexo 12 do RREO

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS</u>	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)¹ Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			

Quadro 4 - Anexo 12 do RREO

<u>CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012</u>	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

Quadro 5 - Anexo 12 do RREO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
<u>EXERCÍCIO DO EMPENHO²</u>	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))	
Empenhos de 2020 (regra nova)											
Empenhos de 2019 (regra nova)											
Empenhos de 2018											
Empenhos de 2017											
Empenhos de 2016 e anteriores											
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")											
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)											
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)											

Quadro 6 - Anexo 12 do RREO

<u>CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012</u>	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercicio anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercicios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercicio anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

Quadro 7 - Anexo 12 do RREO

<u>RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)				
Proveniente da União				
Proveniente dos Estados				
Proveniente de outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXVII)				
OUTRAS RECEITAS (XXVIII)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)				

Quadro 9 - Anexo 12 do RREO

[illegible]

Ficar atento!

- Conhecer Anexo 12 do RREO do SIOPS e fazer comparação com o RREO do portal da transparência/TCE;
- Atenção as legislações sobre o tema (Leis, decretos, portarias, etc)
- Conhecer o RAG/RDQA.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Executiva
DESID

COORDENAÇÃO SIOPS

Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício
Sede, 3º andar

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 33152901/3172/3173

E-mail: siops@saude.gov.br

